



PROCURADORIA-GERAL DISTRITAL

Tribunal da Relação de Lisboa

PRESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO CRIMINAL

NO DISTRITO JUDICIAL DE LISBOA

2008

Como habitualmente, esta Procuradoria-Geral Distrital torna públicos os dados relativos às prescrições ocorridas no Distrito judicial de Lisboa no ano anterior.

O mapa anexo reflecte a situação do Distrito em matéria de prescrições no ano de 2007.

Num universo de 186.297 inquéritos findos, 112 foram arquivados por prescrição.

Os valores do ano de 2007 afastam-se ligeiramente dos de 2006, em que se registaram 153 casos de arquivamento por prescrição.

Embora se verifiquem ainda 54 casos de prescrição não desejáveis, imputados ao sistema de justiça, no seu conjunto (magistrados, oficiais de justiça, OPC's, estruturas auxiliares) o fenómeno mostra-se hoje controlado.

Os dados disponíveis apontam para a seguinte relação entre o número de inquéritos findos anualmente e o total de arquivados por prescrição:

Anos	Findos	Arquivados por prescrição
2003	198.109	115
2004	201.472	123
2005	193.280	91
2006	193.280	153
2007	186.297	112

Dos 112 casos de prescrição do procedimento criminal ocorridos no ano, 65 tiveram como causa a participação tardia. Este número significativo dos casos de participação tardia está associado à criminalidade fiscal, área em que nos últimos anos se faz sentir um grande reforço da actividade da Administração Fiscal, com o levantamento de situações por vezes ocorridas há alguns anos.

Os atrasos nos magistrados e nos serviços de apoio – foi declarada a prescrição em 19 casos, por atraso dos magistrados e 10 nos serviços de apoio – estando, no essencial localizados (15 dos casos de prescrição por atrasos nos magistrados ocorreram em Loures) deram origem a intervenção em sede de disciplina.



PROCURADORIA-GERAL DISTRITAL

Tribunal da Relação de Lisboa

Os casos de prescrição imputáveis a atrasos nos Órgãos de Polícia Criminal, num total de 9, foram devidamente reportados às respectivas direcções, uma vez que o Ministério Público não tem poderes de disciplina ou de gestão nessa matéria.

Por referência a comarcas e serviços do Ministério Público, foi no DIAP de Lisboa que se registou o maior número de casos de prescrição do procedimento criminal (52), sendo que 40 são imputáveis a participação tardia. Segue-se Loures, com 28 casos e Sintra com 17.

Continuar-se-á a proceder à apreciação de todos os casos de prescrição ocorridos no Distrito e a elaborar esta análise anual, que constitui um precioso instrumento de controle.

Lisboa, 21 de Fevereiro de 2008

A Procuradora Geral Distrital

Francisca Van Dunem